

JORNAL: O Globo LOCAL: Quomabara

DATA: 05/01/1962 AUTOR: Vera Pacheco Jordão

TÍTULO: Retrospecto da VI Bienal de São Paulo.

ASSUNTO: Críticas ao prêmio insignificante dado
ao Ivan e Ana Letycia na VI Bienal.

O GLOBO 5-1-62

Coluna de ARTES PLÁSTICAS

* VERA PACHECO JORDÃO *

Retrospecto da VI Bienal de São Paulo

VISITEI a Bienal antes de sua inauguração, e publiquei a respeito dois artigos: um sobre a seção de Arquitetura, outro — intitulado "Gigantismo na Bienal" — no qual ressaltava que, na organização do certame, o critério da quantidade predominava largamente sobre o da qualidade.

Nessa ocasião surgiu, repentinamente, a oportunidade de viagem à Europa, e foi de Madri que enviei o terceiro artigo, dedicado especialmente à premiação dos artistas brasileiros na Bienal. Infelizmente — a Panair não tendo atualmente agência em Madri — confiei esse artigo ao porteiro do hotel a fim de ser imediatamente enviado pelo correio; quando, mais de um mês depois, vim a saber que o artigo nunca chegara ao jornal, pareceu-me preferível retomar o assunto quando voltasse ao Brasil. E só agora, pude ir a São Paulo, às vésperas do encerramento da Bienal, especialmente para ver as salas acrescentadas após minha primeira visita, e confrontar minhas impressões com aquelas que colherei três meses antes.

Daí o caráter retrospectivo deste artigo, que escrevo por considerar a Bienal de São Paulo acontecimento de tal importância que um crítico não pode furtar-se a dar seu depoimento, mormente quando é de opinião que erros graves desvirtuaram o certame que, não só tem ampla projeção no plano internacional, mas constitui o acontecimento máximo no panorama brasileiro das artes plásticas.

Não insistiremos naquilo que já dissemos anteriormente, sobre o tamanho excessivo da Bienal, que, abrangendo também arquitetura, teatro, e livros, apresentou mais de cinco mil obras no setor de artes plásticas.

Tornaremos porém a notar a incongruência de acrescentar, à gigantesca exposição de arte moderna, mostras que não têm com ela nenhuma relação, tais como a escultura missionária do Paraguai, pintura de Boudin, reproduções de afrescos iugoslavos e indianos.

Não vai nisso qualquer intenção de depreciar essas obras, porém acredito que mesmo as coleções de pintura de Tessel e de Figari se enquadrariam melhor em exposições especiais que, dado o desenvolvimento do intercâmbio cultural entre os países, não seria difícil organizar fora da Bienal.

Tais exposições, em vez de se acumularem na Bienal, — onde se prejudicam mutuamente — e de se concentrarem em três meses, e praticamente só numa cidade, deveriam se escalar no decorrer do ano e circular pelo menos por algumas outras capitais estaduais. Afinal de contas, pelo que dizem os comunicados de imprensa, a Bienal custou 60 milhões de cruzeiros — sendo que a renda dos ingressos não deu nem para pagar a conta da luz — e, se o MAM de São Paulo (na pessoa de seu presidente, Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho) contribuiu com boa parte da despesa, o Governo também gastou verba considerável num empreendimento cultural que poderia ser mais bem aproveitado.

Creio que a Itália, instituindo já em fins do século passado a Bienal de Veneza, foi o primeiro país a utilizar a arte como instrumento de prestígio internacional e atração no plano turístico. Aliás, com esse empreendimento a Itália não fez senão aplicar à arte moderna, e sistematizar, aquilo que ali já ocorria tradicionalmente. O fato é que, nestes últimos dez anos, multiplicaram-se pelo mundo iniciativas semelhantes, com o aspecto curioso de que hoje em dia são os governos que patrocinam e financiam as mais audaciosas experiências dos artistas de vanguarda.

Não nos estenderemos sobre os riscos dessa arte vanguardista oficial descambar para um academismo tão nocivo quanto o antigo. Direi apenas que na VI Bienal de São Paulo — exceção feita de alguns valores individuais — encontrei uma devastadora monotonia, com infundáveis repetições de fórmulas e mediocres imitações.

Da próxima vez comentaremos o aspecto positivo da Bienal, ou seja, os valores que ali encontramos. Hoje devemos ainda focalizar o mais negativo de seus aspectos: a premiação, sobretudo no que se refere aos artistas nacionais.

Na premiação de artistas estrangeiros só me pareceu chocante a concessão do Prêmio de Gravura ao mediocre gravador americano Leonard Baskin. Custa-me porém compreender fôsse o Prêmio Banco do Estado atribuído ao pintor iugoslavo Mladen Sbinovic — que vendeu várias obras, mas cujas qualidades não conseguí descobrir — e o prêmio de Cr\$ 200.000,00 instituído pela Shell "Para pintura figurativa" fôsse concedido ao sueco Lundquist, que só com extrema boa-vontade pode ser considerado figurativo e só com igual indulgência poderia receber prêmio dessa importância.

Mas há de ter funcionado aí o critério geopolítico de distribuição das recompensas, que entra em jogo em todas as bienais — uma das razões pelas quais o público não deve tomar demasiada a sério essas premiações.

No plano nacional é que a coisa foi grave, pois aí não se tratou de atribuições diplomáticamente feitas a convidados estrangeiros, e sim de franco favoritismo. Ressalvando-se o Prêmio de Pintura atribuído a Iberê Camargo, os demais são injustificáveis, pois mesmo os de Ivan Serpa e Ana Letycia são de categoria inferior àquela a que esses artistas fazem jus.

Pela primeira vez na história das bienais paulistas, participou do Júri de Premiação um único membro brasileiro, e esse foi o Sr. Mário Pedrosa, vice-presidente da Associação Internacional de Críticos de Arte, diretor do MAM de São Paulo, secretário-geral e organizador desta Bienal.

Não será preciso acrescentar mais nada, pois é público e notório o favoritismo com o qual o Sr. Mário Pedrosa tem agido em outros júris: basta lembrar o do Salão Nacional de Arte Moderna, do ano passado, quando aquele cavalheiro, antes mesmo de iniciado o julgamento, dizia abertamente quais seriam os premiados.

Aureolado pelo prestígio de sua situação, nele terão confiado os membros estrangeiros do júri da Bienal, furtando-se ao trabalho de desbastar a representação dos artistas nacionais, ou desejando dar liberdade de ação ao brasileiro em seu próprio terreno, talvez nem percebendo que ele não agia com o discernimento de crítico mas impulsionado por sua prepotência.

Essas suposições tendem a interpretar, mas nunca a justificar a atuação do Júri de Premiação. A justificação, tentou obtê-la o Sr. Mário Pedrosa no Congresso da Associação Brasileira de Críticos, recentemente realizado em São Paulo, por meio de uma moção de louvor ao Júri de Premiação e ao secretário da Bienal "pela lisura com que haviam desempenhado suas funções!"

Felizmente, para decôro dos críticos da ABCA, essa moção escandalosa foi substituída por outra, que louvava a Bienal como iniciativa e como realização — o que tem sua razão de ser, como veremos da próxima vez.